



**PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 654/2023**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 654/2023 de autoria do nobre Vereador Fernando Luiz, que ***"Institui o Plano Municipal de Informações e Monitoramento de Catástrofes Climáticas"***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 12 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 654/2023 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**1) Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 654/2023 alvo deste parecer, tem por objetivo conforme ementa, instituir o referido Plano com a divulgação através de todos os meios de comunicação disponíveis das informações sobre previsão de catástrofes climáticas e fenômenos meteorológicos intensos e anormais, estabelecendo ações de prevenção e de resposta imediata a desastres causados por eventos climáticos e adoção de medidas de médio e longo prazo para minimizar os impactos causados por eventos da natureza.



Em suma, o autor do Projeto justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“É de conhecimento geral que o Município de Belo Horizonte está sujeito a eventos climáticos extremos (chuvas intensas, Inundações e deslizamentos de terra) de forma recorrente e o projeto em questão visa estabelecer formas de prever e de responder de forma imediata a desastres naturais, garantindo a segurança e o bem-estar da população.

Ao zelar pela prevenção e mitigação de danos causados por desastres naturais, o Estado protege a dignidade da população que vive na área afetada pelo evento climático, de forma a possibilitar que os cidadãos passem pela adversidade da maneira menos danosa o possível.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o nobre Vereador pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.

Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

### 1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 654/2023.



Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tomem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas



disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 654/2023.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.



§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;"

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

b) o planejamento do uso, parcelamento e ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas gerais, observadas as diretrizes do plano diretor;

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Temos que a matéria tratada pelo Projeto não está incluída nas hipóteses constitucionais de iniciativa privativa do Executivo, que formam um rol taxativo, exceções, e assim devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas principalmente porque não se deve ampliar, através de interpretação, o alcance de seus dispositivos.

Segundo o saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

"As Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva,



expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do local, os projetos de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental”.

(Direito Municipal Brasileiro, 17ª ed. Atualizada por Adilson Abreu Dallari, São Paulo, Malheiros, 2014)

O Supremo Tribunal Federal já decidiu:

“A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliada, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.” (grifo nosso)

(ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001)

Assim, sob pena de se esvaziar a competência do Legislativo para iniciar o processo de elaboração das leis, não podemos ampliar o rol das hipóteses taxativas de exercício da competência exclusiva prevista nos dispositivos legais, através de uma interpretação que extrapole tais determinações.



Nesse aspecto, cabe observar que o Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange à iniciativa parlamentar para edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, desde que não haja invasão da esfera administrativa – esta reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo – o que se daria, por exemplo, através da determinação de criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes, ou ainda, da criação de cargos públicos.

Quando o projeto se limitar à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios, eis que a reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente.

No âmbito da análise material da constitucionalidade verificamos que o Projeto respeita os princípios constitucionais e as seguintes disposições atinentes ao tema:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;



Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais em observância ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 654/2023.

## 1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública.

Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Acerca do objeto do PL 654/2023, **verifica-se que há observância às normas de regência da matéria**, evidenciando assim seu caráter jurídico.

No âmbito federal, citamos a Lei Federal nº 12.608/12 que "*Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências*":





**Art. 2º** É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.

**§ 1º** As medidas previstas no caput poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

**§ 2º** A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

**Art. 8º** Compete aos Municípios:

- I - executar a PNPDEC em âmbito local;
- II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
- III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
- VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
- VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
- VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
- IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;



- X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
- XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
- XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
- XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
- XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
- XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;  
e
- XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:

- I - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;
- II - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
- III - estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;
- IV - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;
- V - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil; e
- VI - fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres.



Em nível municipal destacamos a Lei Municipal nº 10.175/11, que "*Institui a Política Municipal de Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática*":

Art. 38 - O poder público municipal adotará programa permanente de defesa civil e auxílio à população, voltado à prevenção de danos, ajuda aos necessitados e reconstrução de áreas atingidas por eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas.

Cumpra ainda mencionar que o PL 654/2023 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH.

Por fim, temos ainda outro aspecto que deve ser considerado na análise da legalidade. A lei também deve apresentar caráter inovador, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material.

Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico, trazendo uma iniciativa até então inédita para a questão climática no Município.

Feitas tais considerações, votamos pela legalidade do Projeto de Lei nº 654/2023.

### 1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.



Assim, temos que o PL 654/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 654/2023.

## 2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são pela **constitucionalidade**, **legalidade** e **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 654/2023.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, o=ACIP-Brazil, ou=AC  
SOLUTION Multipia vs,  
sn=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
#9; cn=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dades: 2023.10.06 16:13:16  
+03'00'

**Vereador Jorge Santos**  
**Relator**



**PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 664/2023**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 664/2023 de autoria do nobre Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, que ***"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detectores de monóxido de carbono em imóveis comerciais que tenham como finalidade oferecer serviços de locação e hospedagem, e que utilizem aparelhos aquecedores de água e calefatos a gás, como também lareiras"***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 9 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei 664/2023 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**1) Fundamentação**

O Projeto de Lei 664/2023 alvo deste parecer, tem por objetivo tornar obrigatória a instalação de detectores de monóxido de carbono em todos os ambientes que apresentem o risco de inalação do gás, em imóveis comerciais destinados à locação e hospedagem de pessoas, tais como hotéis, pousadas,



hostels e estalagens em geral, que utilizam aparelhos aquecedores de água e calefatos a gás, bem como lareiras.

Em suma, o autor do PL justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“Em 10 anos, o Brasil teve 374 mortes de intoxicação acidental por gases evapores. Infelizmente dessa estatística, 41 casos ocorreram em Minas Gerais, que é o terceiro maior estado em quantidade de registros ficando atrás de São Paulo (94) e Rio de Janeiro (44). O levantamento foi feito pelo Estado de Minas por meio do *Datasus*, ferramenta do Ministério da Saúde. Os óbitos catalogados pelo órgão incluem, além do monóxido de carbono, diversos gases e vapores, como óxidos de nitrogênio e dióxido de enxofre.

Sem cor, sem cheiro, sem gosto e menos denso que o ar, esse gás é altamente tóxico. A inalação prolongada pode levar qualquer pessoa a óbito sem que ela se dê conta - em muitos casos, durante o sono.

Sem a devida manutenção e a pouca informação aos hóspedes sobre o funcionamento ou perigos que trazem esses dispositivos de aquecimento, sugerimos a instalação de detectores de monóxido de carbono e uma cartilha física que seja disponibilizada nos quartos com orientações de uso.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o Vereador pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.



Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

### 1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei 664/2023.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **Inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.



A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.





§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Entretanto, no que diz respeito à análise material da constitucionalidade, temos que a presente proposição acaba por intervir na atividade econômica e na propriedade privada ao determinar que todos os imóveis comerciais destinados à locação e hospedagem de pessoas, sejam hotéis, pousadas, hostels e estalagens em geral, que utilizem aparelhos aquecedores de água, calefatores a gás e lareiras, sejam obrigados a instalarem detectores de monóxido de carbono.

Conforme preceitos da Constituição brasileira, a ordem econômica fundamenta-se, essencialmente, na atuação espontânea do mercado. O Estado (instituição/poder público) pode intervir para implementar políticas públicas, corrigir distorções e para assegurar a própria livre iniciativa e promover seu aprimoramento. Este é o fundamento e o limite de sua intervenção legítima.

O Estado pode disciplinar a atividade econômica mediante a edição de leis, de regulamentos e pelo exercício do Poder de Polícia.



A competência normativa é exercida através de normas decisivas para o desempenho da atividade econômica, como o Código de Defesa do Consumidor, leis, decretos regulamentares, resoluções, deliberações e portarias.

Essa disciplina também pode se dar pelo exercício do Poder de Polícia, restringindo direitos e condicionando o exercício de atividades em favor do interesse coletivo (polícia ambiental, sanitária, fiscalização trabalhista). A disciplina impõe comportamentos compulsórios, mediante a edição de normas cogentes, cuja violação sujeita o infrator a uma sanção.

Na medida em que determinadas condutas são consideradas obrigatórias, opera-se um cerceamento do espaço da liberdade de iniciativa, que não é e nem poderia ser um princípio absoluto sem restrições. Porém, pode ocorrer que, com a intenção ou a pretexto de restringir e fiscalizar, se aniquile a livre iniciativa. Assim, tal atuação deve ser comedida.

O artigo 174 da nossa Constituição Federal determina:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo do setor privado. (grifo nosso)

Assim, o Estado tem função de agente normativo e regulador da atividade econômica, exercendo, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento.

Conforme ensina o professor Hely Lopes Meirelles:

"(...) atuar é intervir na iniciativa privada. Por isso mesmo, a atuação estatal só se justifica como exceção à liberdade



individual, nos casos expressamente permitidos pela Constituição e na forma que a lei estabelecer. O modo de atuação pode variar segundo o objeto, o motivo e o interesse público a amparar. Tal interferência pode ir desde a repressão ao abuso do poder econômico até as medidas mais atenuadas de controle do abastecimento e de tabelamento de preços, sem excluir outras formas que o Poder Público julgar adequadas em cada caso particular. **O essencial é que as medidas interventivas estejam previstas em lei e sejam executadas pela União ou por seus delegados legalmente autorizados.**" (grifo nosso)

O Estado reserva para si a função de regulador, no escopo de assegurar a livre concorrência dentro de uma economia equilibrada.

O art. 174 limitou a intervenção em três funções: fiscalização, incentivo e planejamento.

A fiscalização é exercida através do poder de polícia e consiste na verificação se os agentes econômicos privados estão atuando em conformidade com as disposições normativas incidentes sobre as suas respectivas atividades.

Outrossim, o incentivo a que alude o texto constitucional incita a ideia do Estado, como promotor da economia, manifestar-se através de ações de proteção, estímulo, promoção, favorecimento e auxílio à iniciativa privada. Nesse ponto é que ingressa a atuação do Estado na atividade produtiva privada, **sempre indicativa**.

Por fim, o planejamento econômico manifesta-se através de um processo técnico de intervenção do Estado no domínio econômico com o escopo de organizar às atividades econômicas para obter resultados previamente almejados.



A imperatividade dos planos para o setor público e a facultatividade para o setor privado advém do texto constitucional e significa que o Estado apenas direciona, oferece os rumos para o desenvolvimento da atividade econômica para os agentes privados, porém não dispõe de força coercitiva sobre essa atividade, em consonância com o princípio da livre iniciativa e livre concorrência.

Em suma, podemos compreender que, a intervenção no domínio econômico, disposta pelo art. 174 da Constituição Federal, é indireta na medida em que o Estado não está atuando na exploração de uma atividade produtiva, mas sim, fiscalizando o equilíbrio do livre mercado e da livre concorrência, ou seja, o Estado incentiva a materialização da livre iniciativa e lança mão do planejamento para alcançar os fins desejados tendo sempre em mira e como base os princípios da ordem econômica.

Assim, toda cautela é necessária na avaliação de medidas tais como as determinadas pelo presente Projeto.

E é justamente na análise da finalidade dessas medidas que encontramos a plausibilidade de suas determinações.

Vejamos novamente os argumentos constantes na justificativa do Projeto:

“Em 10 anos, o Brasil teve 374 mortes de intoxicação acidental por gases evapores. Infelizmente dessa estatística, 41 casos ocorreram em Minas Gerais, que é o terceiro maior estado em quantidade de registros ficando atrás de São Paulo (94) e Rio de Janeiro (44). O levantamento foi feito pelo Estado de Minas por meio do *Datasus*, ferramenta do Ministério da Saúde. Os óbitos catalogados pelo órgão incluem, além do monóxido de carbono,



diversos gases e vapores, como óxidos de nitrogênio e dióxido de enxofre."

As medidas determinadas pelo PL 664/23 tem como intento a segurança e a proteção da vida dos usuários de estalagens em geral, buscando evitar sua morte por intoxicação causada pela aspiração do monóxido carbono.

Em outras palavras, o Projeto observa o princípio da **dignidade da pessoa humana** constante no art. 1º, inciso III da CF e também destacado no art. 5º da nossa carta maior:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a **inviolabilidade do direito à vida**, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (grifo nosso)

Diante de sua importância, o direito à vida é uma cláusula pétrea de nossa Constituição.

Em um momento de brilhantismo, o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, afirmou:

**"O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos. A Constituição Federal proclama,**



portanto, o direito à vida, cabendo ao Estado assegurá-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo e a segunda de se ter vida digna quanto à subsistência. O início da mais preciosa garantia individual deverá ser dado pelo biólogo, cabendo ao jurista, tão-somente, dar-lhe enquadramento legal, pois do ponto de vista biológico a vida se inicia com a fecundação do óvulo pelo espermatozoide, resultando um ovo ou zigoto. [...] A Constituição, é importante ressaltar, protege a vida de forma geral, inclusive uterina". (grifo nosso)

O ***princípio da dignidade da pessoa humana*** pode ser entendido como uma garantia das necessidades vitais de cada indivíduo. É um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e assim, é fundamento basilar da República.

No contexto jurídico, **a dignidade humana funciona como um princípio orientador para a interpretação das leis**. Ou seja, as leis e normas devem ser interpretadas e aplicadas de maneira a respeitar e promover a dignidade humana, uma vez que a vida é o valor máximo a ser defendido e preservado em uma sociedade civilizada.

Dito isto, verificamos a existência de um conflito de princípios entre o ***princípio da dignidade da pessoa humana*** e o ***princípio da livre iniciativa***.

Em caso de entendimento pela prevalência do ***princípio da dignidade da pessoa humana***, teremos a constitucionalidade do PL, em caso contrário, teremos a inconstitucionalidade por infringência ao ***princípio da livre iniciativa***.

O PL 664/23 ao determinar a instalação de detectores de monóxido de carbono em todos os ambientes que apresentem o risco de inalação do gás, especificamente em imóveis comerciais destinados à locação e hospedagem de pessoas, deixa claro seu propósito de evitar que ocorram situações de risco à vida aos hóspedes.



Desta forma, o Projeto traz em seu cerne a proteção da vida, objetivo primeiro do ***princípio da dignidade da pessoa humana***.

É inegável que o PL 664/23 ao impor ao particular a aquisição de um item de segurança para o exercício de sua atividade, acaba por contrariar o ***princípio da livre iniciativa***, que determina que cabe a cada atividade econômica definir o que é melhor para si, competindo ao Estado o exercício de agente fiscalizador, fomentador e normatizador.

Entretanto, temos que no caso do Projeto, o ***princípio da dignidade da pessoa humana*** precede em importância ao ***princípio da livre iniciativa***, mostrando-se mais relevante que o mesmo, pelo que esse último deverá recuar diante do primeiro.

Devido à posição que ocupa, como epicentro axiológico da ordem constitucional, em ocorrendo colisão de princípios, o ***princípio da dignidade da pessoa humana*** não estará sujeito a ceder em face de outros princípios constitucionais.

A proteção à vida consubstanciada pela "***obrigatoriedade da instalação de detectores de monóxido de carbono em todos os ambientes que apresentem o risco de inalação do gás***", prevalece sobre a proteção à atividade econômica.

Mesmo admitindo-se que não há hierarquia entre princípios constitucionais, o que leva, em caso de colisão destes, a uma necessidade de ponderação, sem a eliminação de nenhum dos princípios, mas com restrições a um, ou a ambos, de modo a compatibilizá-los com a situação concreta, temos que o ***princípio da dignidade da pessoa humana*** não cederá em face de qualquer outro,



funcionando, ao contrário, como critério de ponderação: a solução se dará em favor da norma que melhor se compatibilize com a dignidade da pessoa humana.

Assim, não desmerecemos a importância da proteção à atividade econômica, contudo, considerando-se a hipótese apresentada pelo Projeto em análise, temos por absolutamente justo e plausível que esse princípio ceda espaço para uma medida que tem por objetivo resguardar vidas.

É certo que não existem relações absolutas de precedência entre os princípios constitucionais, pois tais relações sempre serão determinadas pelas circunstâncias do caso concreto. Não existe um princípio que, invariavelmente, prepondere sobre os demais, sem consideração das situações específicas do caso. Em última análise, não existem princípios constitucionais absolutos ou um princípio constitucional absoluto que, em colisão com outros princípios, precederá independentemente da situação posta.

A existência de princípios absolutos, capazes de preceder sobre os demais em quaisquer condições de colisão, não se mostra consoante com o próprio conceito de princípios jurídicos. Não se pode negar, por outro lado, a existência de mandamentos de otimização relativamente fortes, capazes de preceder aos outros em praticamente todas as situações de colisão, que é o caso do princípio constitucional da ***dignidade da pessoa humana*** presente no PL 664/23.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais em observância ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 664/2023.





## 1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública.

Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Acerca do objeto do PL 664/2023, verifica-se que há observância às normas de regência da matéria, evidenciando assim seu caráter jurídico.

O art. 6º do Código de Defesa Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90, determina:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

Cumprindo ainda mencionar que o PL 664/2023 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH.

Por fim, temos ainda outro aspecto que deve ser considerado na análise da legalidade. A lei também deve apresentar caráter inovador, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material.



Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico ao trazer para o Município estender a obrigação de instalação de detectores de monóxido de carbono em todos os ambientes que apresentem o risco de inalação do gás, a imóveis comerciais destinados à locação e hospedagem de pessoas e não apenas a hotéis, bem como em condicionar a emissão ou renovação do alvará de funcionamento à tal instalação.

Feitas tais considerações, votamos pela legalidade do Projeto de Lei nº 664/2023.

### 1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que o PL 664/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela regimentalidade do Projeto de Lei nº 664/2023.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

### 2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são pela **constitucionalidade**, **legalidade** e **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 664/2023.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:023  
77068731

Astornado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: cn=Jorge Luiz Santos, ou=AC  
SOLUTM Multipia v5,  
dn=22882751000111,  
ou=Regimental, ou=Certificado PF  
A3, cn=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.09 10:49:12 -03'00'

**Vereador Jorge Santos**  
**Relator**



## PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 667/2023

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

## VOTO DO RELATOR

## RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 667/2023 de autoria do nobre Vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão, que ***“Dispõe sobre a inclusão, em sites oficiais dos Poderes Públicos do Município de Belo Horizonte, em aba específica, todos os serviços municipais à disposição das pessoas idosas e dá outras providências”***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 21 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 667/2023 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**1) Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 667/2023 alvo deste parecer, tem por objetivo conforme ementa, determinar que a página oficial da Administração Municipal terá aba específica, de fácil localização, que reúna todos os serviços municipais à disposição dos cidadãos idosos, bem como os benefícios que lhes são concedidos por Lei.



Em suma, o autor do Projeto justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“O cidadão idoso no Município de Belo Horizonte precisa ser adequadamente informado de seus direitos ou benefícios, pois ainda que queira buscar estas informações nas páginas oficiais dos poderes públicos municipais, ou nos postos de atendimento, não encontra facilidade em obter as informações necessárias.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 24,7% dos idosos têm acesso a internet, mas que, cada vez mais, estão buscando capacitação para enfrentar o que consideram um bicho de sete cabeças, ou seja, é imprescindível que o Poder Público seja um agente facilitador, para que a pessoa idosa tenha fácil acesso à informação e serviços digitais. Isso significa, tomar mais claras e destacadas na página inicial dos respectivos sites oficiais de cada Poder.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o nobre Vereador pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.

Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional**, **legal** e **regimental** do Projeto.

#### 1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 667/2023.



Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas



disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 667/2023.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:



I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;

IV - promover plano, programas e projetos de interesse dos segmentos mais carentes da sociedade;

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

II - sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado:

d) proteção à infância, à juventude, à gestante e ao idoso.

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Temos que a matéria tratada pelo Projeto não está incluída nas hipóteses constitucionais de iniciativa privativa do Executivo, que formam um rol taxativo, exceções, e assim devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas principalmente porque não se deve ampliar, através de interpretação, o alcance de seus dispositivos.

Segundo o saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

“As Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no





âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do local, os projetos de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental”.

(Direito Municipal Brasileiro, 17ª ed. Atualizada por Adilson Abreu Dallari, São Paulo, Malheiros, 2014)

O Supremo Tribunal Federal já decidiu:

“A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, **não se presume e nem comporta interpretação ampliada**, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.” (grifo nosso)

(ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001)

Assim, sob pena de se esvaziar a competência do Legislativo para iniciar o processo de elaboração das leis, não podemos ampliar o rol das hipóteses taxativas de exercício da competência exclusiva prevista nos dispositivos legais, através de uma interpretação que extrapole tais determinações.



Nesse aspecto, cabe observar que o Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange à iniciativa parlamentar para edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, desde que não haja invasão da esfera administrativa – esta reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo – o que se daria, por exemplo, através da determinação de criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes, ou ainda, da criação de cargos públicos.

Quando o projeto se limitar à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios, eis que a reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente.

No âmbito da análise material da constitucionalidade verificamos que o Projeto respeita os princípios constitucionais e as seguintes disposições atinentes ao tema:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na



comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais em observância ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 667/2023.

## 1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública.

Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Acerca do objeto do PL 667/2023, **verifica-se que há observância às normas de regência da matéria**, evidenciando assim seu caráter jurídico.

No âmbito federal, citamos a Lei nº 8.842/94 que “*Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*”:

Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art. 4º Constituem diretrizes da política nacional do idoso:



VI - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível de governo;

Em nível estadual destacamos a Lei nº 12.666/97, que “Dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso e dá outras providências”:

Art. 1º - O Estado manterá política estadual de amparo ao idoso, com o objetivo de assegurar-lhe os direitos sociais e promover sua integração e participação efetivas na sociedade.

Cumpramos ainda mencionar que o PL 667/2023 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH.

Por fim, temos ainda outro aspecto que deve ser considerado na análise da legalidade. A lei também deve apresentar caráter inovador, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material.

Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico, trazendo uma iniciativa inédita no âmbito da prestação de serviços aos idosos no Município.

Feitas tais considerações, votamos pela **legalidade** do Projeto de Lei nº 667/2023.

### 1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o



conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que o PL 667/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela regimentalidade do Projeto de Lei nº 667/2023.

## 2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 667/2023.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

JORGE  
LUIZ DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: cn=JL, o=CMCP-Brazil, ou=AC  
SOLUTI Multiple v5,  
eq=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado  
PP AS, c=BR, cn=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.09 13:08:38  
-03'00'

Vereador Jorge Santos

Relator



**PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 673/2023**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 673/2023 de autoria do nobre Vereador Miltinho CGE, que ***"Dispõe sobre o transporte de animais domésticos em ônibus coletivo urbano no Município de Belo Horizonte, e contém outras providências"***.

Proponho que, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, o Projeto seja baixado em diligência ao gabinete do Prefeito Fuad Noman, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do Projeto:

- 1) Verifica-se repercussão financeira para a concretização da medida proposta pelo Projeto de Lei nº 673/2023? Caso exista, a cobrança de tarifa regular pelo transporte do animal será suficiente para saneamento dos custos?
- 2) Existe interesse e conveniência públicos na instituição da autorização para o transporte de animais domésticos de pequeno porte em ônibus coletivos urbanos no Município de Belo Horizonte?

Cumprê destacar que as informações requeridas nessa diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a elaboração do parecer técnico da Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2023.

JORGE  
LUIZ DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por JORGE  
LUIZ DOS SANTOS:02377068731  
DN: cn=JORGE, ou=CMPL-Interno, ou=AC-SOLUTI  
#Unique id: ou=22882751000111,  
#ip=Internacional, ou=Certificado PF AJ,  
c=BRASS, o=CMPL, ou=CMPL  
Date: 2023.10.09 13:13:08 -03'00'

**Vereador Jorge Santos**

**Relator**

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 09.10.23  
HORA: 15:14



**PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 676/2023**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 676/2023 de autoria dos nobres Vereadores Wanderley Porto; Fernando Luiz; Marcos Crispim e Rubão, que ***"Torna obrigatória a fixação do número de WhatsApp da Sumob nos ônibus do Município para fins de reclamações e sugestões"***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 13 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 676/2023 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**1) Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 676/2023 alvo deste parecer, tem por objetivo tornar obrigatória a fixação por todas as empresas de transporte coletivo do Município do número de WhatsApp da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - Sumob, de forma visível e legível nos ônibus em circulação.

Em suma, os autores do Projeto justificam sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 09.10.23  
HORA: 13:15



"A fixação nos ônibus do número de WhatsApp da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - Sumob, para fins de reclamações e sugestões, é uma medida de extrema importância para a melhoria dos serviços oferecidos e para a promoção de uma maior participação e um maior engajamento dos usuários. Isso permite identificar problemas recorrentes, falhas no sistema, atrasos, superlotação e outros, possibilitando a implementação de ações corretivas e melhorias nos serviços prestados.

Outrossim, a disponibilidade do número de WhatsApp para reclamações e sugestões cria um canal oficial de comunicação, proporciona transparência e facilita a prestação de contas das empresas de transporte coletivo. Além disso, os usuários terão a garantia de que suas mensagens serão recebidas e analisadas, o que aumenta a confiança no sistema e promove maior responsabilidade por parte das empresas."

Desde já, gostaríamos de cumprimentar os nobres Vereadores pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.

Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

### 1.1) Da Constitucionalidade





Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 676/2023.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.

A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.



A ***inconstitucionalidade material*** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 676/2023.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.



§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 170 - A autonomia do Município se configura no exercício de competência privativa, especialmente:

VI - organização e prestação de serviços públicos de interesse local, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, incluído o transporte coletivo de passageiros, que tem caráter essencial.

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

f) a organização dos serviços administrativos;

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Temos que a matéria tratada pelo Projeto não está incluída nas hipóteses constitucionais de iniciativa privativa do Executivo, que formam um rol taxativo, exceções, e assim devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas principalmente porque não se deve ampliar, através de interpretação, o alcance de seus dispositivos.

No quis diz respeito à questão da iniciativa para apresentar um Projeto de Lei, é necessária análise à luz de possível interferência entre os poderes e, ainda, considerar-se as matérias reservadas privativamente ao Chefe do Executivo.



Segundo o saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

“As Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do local, os projetos de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental”.

(Direito Municipal Brasileiro, 17ª ed. Atualizada por Adilson Abreu Dallari, São Paulo, Malheiros, 2014)

O Supremo Tribunal Federal já decidiu:

“A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.” (grifo nosso)

(ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001)



Assim, sob pena de se esvaziar a competência do Legislativo para iniciar o processo de elaboração das leis, não podemos ampliar o rol das hipóteses taxativas de exercício da competência exclusiva prevista nos dispositivos legais, através de uma interpretação que extrapole tais determinações.

Nesse aspecto, cabe observar que o Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange à iniciativa parlamentar para edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, desde que não haja invasão da esfera administrativa – esta reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo – o que se daria, por exemplo, através da determinação de criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes, ou ainda, da criação de cargos públicos.

Quando o projeto se limitar à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios, eis que a reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente.

No âmbito da análise material da constitucionalidade verificamos que o Projeto respeita os princípios constitucionais e as seguintes disposições atinentes ao tema:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

II - os direitos dos usuários;

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais em observância ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 676/2023.

## 1.2) Da Legalidade



Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública.

Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Acerca do objeto do PL 676/2023, verifica-se que há observância às normas de regência da matéria, evidenciando assim seu caráter jurídico.

No âmbito federal, citamos a Lei nº 13.460/17 que “*Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública*”:

Art. 5º O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes:  
XIII - aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;

Art. 6º São direitos básicos do usuário:

I - participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;

Art. 9º Para garantir seus direitos, o usuário poderá apresentar manifestações perante a administração pública acerca da prestação de serviços públicos.



Art. 10. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conterá a identificação do requerente.

§ 4º A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.

§ 6º Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no caput, facultada ao usuário sua utilização.

Em nível municipal destacamos a Lei nº 11.319/21, que “*Cria a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - Sumob - e dá outras providências*”:

Art. 2º - A Sumob tem como competência:

I - planejar, organizar, fiscalizar e gerenciar o trânsito e os serviços de transporte regulamentados, no exercício regular do poder de polícia e nos termos do Código de Trânsito Brasileiro - CTB - e legislação correlata;

Art. 3º - A Sumob deverá garantir a transparência e a acessibilidade aos dados da operação e gestão do transporte e da bilhetagem, com o objetivo de promover a transparência e fomentar o surgimento de soluções inovadoras que qualifiquem a experiência dos usuários no transporte público.

Cumpre ainda mencionar que o PL 676/2023 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH.

Por fim, temos ainda outro aspecto que deve ser considerado na análise da legalidade. A lei também deve apresentar caráter inovador, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a





estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material.

Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico, trazendo uma iniciativa até então inédita para uma gestão de maior qualidade do transporte público no Município.

Feitas tais considerações, votamos pela legalidade do Projeto de Lei nº 676/2023.

### 1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que o PL 676/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela regimentalidade do Projeto de Lei nº 676/2023.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

### 2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 676/2023.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multiple v5,  
serial=22882751000111,  
oid=(resencial, ou=Certificado  
PP-X3) urn:org:luiz dos  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.06 16:14:07  
+03'00'

Vereador Jorge Santos  
Relator



**PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 681/2023**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 681/2023 de autoria da nobre Vereadora Flávia Borja, que ***"Dispõe sobre a oferta de atendimento psicológico a parturientes no município de Belo Horizonte durante o todo trabalho de parto, parto e puerpério"***.

Proponho que, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, o Projeto seja baixado em diligência ao gabinete do Prefeito Fuad Noman, à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, à Secretaria Municipal da Fazenda e a Secretaria Municipal de Saúde, a fim de seja informado:

1 - Quais são os serviços de acompanhamento psicológico prestados pela Secretaria de Saúde de Belo Horizonte atualmente para gestantes, puérperas e parturientes?

2 - A oferta de atendimento psicológico a parturientes e seus acompanhantes durante todo o trabalho de parto, parto e puerpério, inclusive em casos de natimorto conforme previsto no Projeto de Lei 681/2023 implicarão em aumento de despesa para o Município?

Belo Horizonte, 02 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ DOS SANTOS:02377068731  
Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multiple vs,  
sn=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado  
PE-PE, ou=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.03 16:04:07  
+03'00'

**Vereador Jorge Santos**

**Relator**

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023  
DATA. 09.10.23  
HORA. 13:17



**PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 687/2023**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 687/2023 de autoria do nobre Vereador Fernando Luiz, que ***“Institui diretrizes de conscientização e combate dos malefícios dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar - DEF ou cigarros eletrônicos, nas escolas da rede pública e privada no âmbito do município de Belo Horizonte e dá outras providências”***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 18 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 687/2023 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**1) Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 687/2023 alvo deste parecer, tem por objetivo conforme ementa, instituir diretrizes de conscientização e combate dos malefícios dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar - DEF ou cigarros eletrônicos, nas escolas da rede pública e privada no âmbito do Município de Belo Horizonte.



Em suma, o autor do Projeto justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“Os Dispositivos Eletrônicos para Fumar — DEF são aparelhos que funcionam com baterias e tem diversas formas e mecanismos de funcionamento. As soluções líquidas utilizadas nos DEF contém inúmeras substâncias tóxicas, entre elas, formaldeído, metais pesados, acetaldeído, acroleína, flavorizantes e, em sua maioria, ainda aditivos com sabores e nicotina, drogas que podem causar dependência, adoecimento e até a morte.

O contato com essas substâncias tóxicas pode causar malefícios irreversíveis à saúde humana como câncer, doenças respiratórias e cardiovasculares. Segundo Cristiane Roberta P. Tomai, técnica em Promoção da Saúde e Controle do Tabagismo da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais em um artigo publicado no periódico do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON) da Faculdade de Medicina da UFMG, *“os cigarros eletrônicos causam impacto na saúde a curto e a longo prazo. O seu uso está relacionado ao surgimento de doenças, a ocorrência de explosões e a intoxicação, principalmente por crianças, pelo contato com seu líquido. A exposição a qualquer carcinogêneo conhecido é inaceitável. Não ha evidência científica suficiente e definitiva que indique o uso de cigarros eletrônicos para a cessação do tabagismo (entendido como dependência à nicotina). A recomendação para os usuários que desejam parar de fumar é que procurem uma Unidade Básica de Saúde mais próxima”.*

Ao zelar pela prevenção e mitigação de danos causados por desastres naturais, o Estado protege a dignidade da população que vive na área afetada pelo evento climático, de forma a possibilitar que os cidadãos passem pela adversidade da maneira menos danosa o possível.



Verifica-se, pois, a necessidade de que sejam implementadas as diretrizes, objeto do presente Projeto de Lei, visto que a população belorizontina, em especial os mais jovens, encontram-se expostos aos riscos à saúde e inclusive, com risco de morte, inerentes à comercialização irregular e à falta de conhecimento quanto aos malefícios decorrentes do uso dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar.”

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o nobre Vereador pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.

Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos *constitucional, legal e regimental* do Projeto.

#### 1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 687/2023.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.



A chamada ***inconstitucionalidade por ação*** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma *compatibilidade vertical* das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, ***formal e material***.

A ***inconstitucionalidade formal*** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A ***inconstitucionalidade material*** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 687/2023.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz



respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;"





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

- II - sobre os seguintes assuntos, entre outros, em caráter regulamentar, observadas as peculiaridades dos interesses locais e as normas gerais da União e as suplementares do Estado:
- d) proteção à infância, à juventude, à gestante e ao idoso.

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Temos que a matéria tratada pelo Projeto não está incluída nas hipóteses constitucionais de iniciativa privativa do Executivo, que formam um rol taxativo, exceções, e assim devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas principalmente porque não se deve ampliar, através de interpretação, o alcance de seus dispositivos.

Segundo o saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

"As Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do local, os projetos de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de



execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental”.

(Direito Municipal Brasileiro, 17ª ed. Atualizada por Adilson Abreu Dallari, São Paulo, Malheiros, 2014)

O Supremo Tribunal Federal já decidiu:

“A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.” (grifo nosso)

(ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001)

Assim, sob pena de se esvaziar a competência do Legislativo para iniciar o processo de elaboração das leis, não podemos ampliar o rol das hipóteses taxativas de exercício da competência exclusiva prevista nos dispositivos legais, através de uma interpretação que extrapole tais determinações.

Nesse aspecto, cabe observar que o Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange à iniciativa parlamentar para edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, desde que não haja invasão da esfera administrativa – esta reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo – o que se daria, por exemplo, através da determinação de



criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes, ou ainda, da criação de cargos públicos.

Quando o projeto se limitar à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios, eis que a reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente.

Entretanto, temos que algumas disposições do Projeto não podem prosperar por ferir normas constitucionais aos criar obrigações para o Poder Executivo, vejamos:

Art. 2º - (...)

III-promover ações sociais e campanhas educativas para a conscientização e informação sobre o tema;

Art.3º- Para a consecução das diretrizes estabelecidas no art.2º e para a viabilização da infraestrutura necessária à sua manutenção, poderão ser firmadas parcerias entre o Poder Público Municipal e outros órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, assim como com organizações não governamentais e empresas privadas.

Art.4º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, caso necessário.

Uma vez que o Projeto se dirige também às escolas da rede pública, temos que as citadas disposições contrariam o princípio da separação dos poderes, firmado em nossa Constituição Federal:



Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O que também é ratificado pelos **arts. 6º e 173, §º da Constituição do Estado de Minas Gerais:**

“Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.”

“Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.”

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Essa conclusão está em sintonia com o princípio da simetria, que determina que os Estados e os Municípios sujeitem suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas às normas jurídicas presentes na Constituição Federal, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.



Observarmos a aplicação do referido princípio nos seguintes dispositivos da Constituição Estadual:

“Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:

f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;”

Tal dispositivo guarda simetria com a seguinte determinação da Magna Carta:

“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;”

Neste sentido, citamos o seguinte julgado, que afirma a inconstitucionalidade de lei que adentra a competência material do Poder Executivo:



“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI MUNICIPAL QUE TRATA DE MATÉRIA DE NATUREZA ESSENCIALMENTE ADMINISTRATIVA - PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO – INCONSTITUCIONALIDADE - VÍCIO DE INICIATIVA.

- Padece de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, Lei Municipal que decorre de projeto de lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal e que versa sobre questão de natureza essencialmente administrativa, matéria cuja competência é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.”

(TJMG, ADI 1.0000.15.001637-6/000, Rel. Des. Evandro Lopes da Costa Teixeira, d.j. 08/06/2016).

Temos que a faculdade de firmar parcerias/convênios para o cumprimento dos objetivos do Projeto, se trata de ato administrativo do gestor municipal, uma vez que se o chefe do Executivo optar por não firmar a citada parceria, as atribuições recairão sobre a sua responsabilidade, o que é vedado pela Constituição por ferir a separação dos poderes.

Assim, o Projeto ao determinar a realização de parcerias pelo Poder Executivo, acaba por incorrer em indevida ingerência nesse Poder, implicando na transgressão ao princípio da harmonia, separação e independência dos Poderes conforme preconizado pelas Constituições Federal e Estadual.

Não se tratam, portanto, de atividades sujeita a disciplina legislativa. Assim, o Poder Legislativo não pode através de lei ocupar-se da administração, sob pena de se permitir que o legislador administre invadindo área privativa do Poder Executivo.

Quando o Poder Legislativo do Município edita lei disciplinando atuação administrativa, como ocorre, no caso em exame, invade, indevidamente, esfera



que é própria da atividade do Administrador Público, violando o princípio da separação de poderes.

Cabe essencialmente à Administração Pública e não ao legislador, deliberar a respeito da conveniência e oportunidade para tais determinações, sendo questão de atuação administrativa fundada em escolha política de gestão, na qual é vedada intromissão de qualquer outro poder.

Assim, os dispositivos destacados são verticalmente incompatíveis com nosso ordenamento constitucional por conter vício de iniciativa ao violar o princípio da separação de poderes.

É pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. De outra banda, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Conforme lição do saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

*“a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante.*



*(...) todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art.2º c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário.*

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 15ªed. São Paulo, Malheiros, 2006)

Ao final deste parecer, apresentamos uma emenda para suprimir do texto do Projeto os aspectos inconstitucionais apontados.

No âmbito da análise material da constitucionalidade, verificamos que o Projeto respeita as seguintes disposições atinentes ao tema, destacando-se:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.





Assim, considerando as emendas apresentadas, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais em observância ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 687/2023, **com apresentação de emenda**.

### 1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública.

Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Acerca do objeto do PL 687/2023, **verifica-se que há observância às normas de regência da matéria**, evidenciando assim seu caráter jurídico.

No âmbito federal, citamos a Lei nº 8.078/90, o Código de Defesa Consumidor:

Art. 8º Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.



Em nível municipal destacamos a Lei Municipal nº 10.175/11, que "*Institui a Política Municipal de Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática*":

Art. 38 - O poder público municipal adotará programa permanente de defesa civil e auxílio à população, voltado à prevenção de danos, ajuda aos necessitados e reconstrução de áreas atingidas por eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas.

Cumpre ainda mencionar que o PL 687/2023 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH.

Por fim, temos ainda outro aspecto que deve ser considerado na análise da legalidade. A lei também deve apresentar caráter inovador, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material.

Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico ao trazer para o Município diretrizes de conscientização e combate dos malefícios dos dispositivos eletrônicos para fumar.

Feitas tais considerações, votamos pela **legalidade** do Projeto de Lei nº 687/2023, ***com apresentação de emenda***.

### **1.3) Da Regimentalidade**

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.



Assim, temos que o PL 687/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 687/2023.

## 2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são pela **constitucionalidade**, **legalidade** e **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 687/2023, ***com apresentação de emenda***.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v5,  
sq=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
AB:CP=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.09 14:38:19  
+03'00'

**Vereador Jorge Santos**  
**Relator**



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 687/2023  
(SUBSTITUTIVO)

Institui diretrizes de conscientização e combate dos malefícios dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar - DEF ou cigarros eletrônicos, nas escolas da rede pública e privada no âmbito do município de Belo Horizonte e dá outras providências.

Art.1º - Ficam instituídas as diretrizes de conscientização e combate dos malefícios dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar - DEF ou cigarros eletrônicos, nas escolas da rede pública e privada no âmbito do Município de Belo Horizonte.

Parágrafo único: para os efeitos desta lei, entende-se como Dispositivos Eletrônicos para Fumar, os chamados e-cigarros, *Pen-drives*, vaporizadores, *Heet* ou *Heatsticks*, produtos híbridos, ou acessórios e os refis destinados ao uso em qualquer dispositivo eletrônico utilizado para fumar.

Art.2º- São diretrizes de conscientização e combate aos malefícios dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar nas escolas:

I - contribuir para divulgação e acesso de informações acerca dos malefícios do uso desses Dispositivos Eletrônicos para Fumar à saúde humana, junto à Comunidade Escolar;

II - colaborar na adoção de medidas adicionais para coibir o uso e o comércio regular e irregular dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar na Comunidade Escolar;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
--------	-----

III - divulgar canais de acesso de serviços públicos e de organizações não governamentais que prestem apoio aos usuários de Dispositivos Eletrônicos para Fumar.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução dessa Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas caso seja necessário.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v2,  
eq=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado  
PP AS, stn=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.09 14:39:03  
+03'00'

**Vereador Jorge Santos**  
**Relator**



Insta salientar que o Projeto de Lei em análise objetiva alterar o artigo 1º da Lei nº 8.640, de 15 de setembro de 2003, que visa a segurança no trânsito em frente a estabelecimentos de ensino público e privado.

Efetivamente, trata-se de um tema que se enquadra na competência do Município, uma vez que a proposta em questão tem o propósito de dar segurança ao pedestre.

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, também não identifiquei nenhuma irregularidade, visto que a prerrogativa atribuída ao chefe do Poder Executivo, conforme estabelecido na Constituição Federal e na Constituição Estadual, deve ser interpretada de forma restritiva.

Assim, com base nos fundamentos acima explanados, concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 700/2023.

### **Da Legalidade**

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas com a Lei. Portanto, atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados a elas, incluindo-se a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte (LOMBH).

Percebe-se que o projeto de lei em análise, ao incluir faixa elevada de pedestre como item de segurança, está em perfeita consonância com a Lei nº 10.407 de 12 de janeiro de 2012, que institui o Estatuto do Pedestre e dá outras providências, in verbis:

*O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*  
*Art. 2º - O pedestre tem direito a: I - priorização de sua condição de pedestre no planejamento da paisagem, do mobiliário e do tráfego urbanos.*

Quanto à concordância do PL 700/2023 com a Lei Orgânica de Belo Horizonte, o Projeto de Lei não contraria quaisquer das disposições constantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito à iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

*Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao: II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber; Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.*

Assim, após verificada a compatibilidade com as normas aplicáveis, concluo pela legalidade do PL 700/2023.


### **Da Regimentalidade**

O PL 700/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 700/2023.

### **Conclusão**

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 700/2023.

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2023.

  
Vereador Jorge Santos





**PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 703/2023**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 703/2023 de autoria do nobre Vereador Bruno Miranda, que ***"Declara a Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte como patrimônio imaterial do Município"***.

Proponho que, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, o Projeto seja baixado em diligência ao gabinete do Prefeito Fuad Noman, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do Projeto:

- 1) Existe óbice técnico, legal ou de outra natureza que inviabilize a concretização das medidas propostas pelo Projeto de Lei nº 703/2023?
- 2) Existe interesse e conveniência públicos na instituição da política supracitada?  
Em caso negativo informar o motivo.

Cumpre destacar que as informações requeridas nesta diligência possuem o propósito de embasar de forma substancial a elaboração do parecer técnico desta Comissão de Legislação e Justiça.

Belo Horizonte, 05 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTIA, ou=Solutia v5,  
ou=22862751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
AS: 05/10/2023 17:05:56  
SANTOS:02377068731  
Data: 2023.10.06 17:05:56  
+03'00'

**Vereador Jorge Santos**  
**Relator**

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 09.10.2023  
HORA. 13:16



**PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 707/2023**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 707/2023 de autoria do nobre Vereador Rubão, que ***"Institui a Campanha Permanente sobre a prevenção, o diagnóstico e tratamento da depressão, transtornos de ansiedade e de pânico"***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 13 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 707/2023 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**1) Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 707/2023 alvo deste parecer, tem por objetivo conforme ementa, instituir a campanha permanente sobre a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da depressão, transtornos de ansiedade e de pânico no Sistema Único de Saúde - SUS - do Município que consiste na realização de ações de educação em saúde para divulgar informações acerca dos citados transtornos.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 09.10.23  
HORA. 13:44



Em suma, o autor do Projeto justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

"Dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) mostram que 5,8% dos brasileiros sofrem de depressão. Essa é a maior taxa da América Latina e a segunda maior das Américas, estando atrás apenas dos Estados Unidos. Os números em relação à ansiedade também não são nada animadores: 9,3% dos brasileiros (cerca de 19,4 milhões) sofrem com o problema. Isso faz com que o Brasil ocupe o primeiro lugar da lista de países mais ansiosos do mundo.

De acordo com o Ministério da Saúde, no Brasil são registrados cerca de 12 mil suicídios todos os anos, terceira principal causa externa de mortes no país. Cerca de 96,8% dos casos estavam relacionados a transtornos mentais. Em primeiro lugar está a depressão.

Sendo assim, cresce a necessidade de discutirmos formas de conscientização permanente da população sobre depressão, ansiedade e síndrome do pânico. Em virtude disso, a presente proposição visa estabelecer normas gerais a serem seguidas em âmbito municipal, que poderão ser regulamentadas e concretizadas pelo Poder Executivo por meio de provisões especiais, conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública."

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o nobre Vereador pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.



Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

### 1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 707/2023.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.



A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 707/2023.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;



Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;"

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Segundo o saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

"As Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do local, os projetos de leis que



disponham sobre criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental".

(Direito Municipal Brasileiro, 17ª ed. Atualizada por Adilson Abreu Dallari, São Paulo, Malheiros, 2014)

Assim, temos que a matéria tratada pelo Projeto não está incluída nas hipóteses constitucionais de iniciativa privativa do Executivo, que formam um rol taxativo, exceções, e assim devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas principalmente porque não se deve ampliar, através de interpretação, o alcance de seus dispositivos.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu:

"A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca." (grifo nosso)

(ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001)



Assim, sob pena de se esvaziar a competência do Legislativo para iniciar o processo de elaboração das leis, não podemos ampliar o rol das hipóteses taxativas de exercício da competência exclusiva prevista nos dispositivos legais, através de uma interpretação que extrapole tais determinações.

Nesse aspecto, cabe observar que o Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange à iniciativa parlamentar para edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, desde que não haja invasão da esfera administrativa – esta reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo – o que se daria, por exemplo, através da determinação de criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes, ou ainda, da criação de cargos públicos.

Assim, quando o projeto se limitar à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios, eis que a reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente.

No âmbito da análise material da constitucionalidade verificamos que o Projeto respeita os princípios constitucionais e as seguintes disposições atinentes ao tema:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e





igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

Entretanto, temos que a seguinte disposição do Projeto que destoa do sistema harmônico concebido por nossa Constituição:

Art. 1º - Fica instituída a Campanha Permanente sobre a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da depressão, transtornos de ansiedade e de pânico no Sistema Único de Saúde - SUS - do Município.

Parágrafo único - A campanha de que trata o *caput* deste artigo **compreende a realização de ações de educação em saúde** que visem divulgar informações sobre: (grifo nosso)

O parágrafo único do art. 1º do PL 707/23 determina a realização de ações pelo Executivo, o que contraria o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

O que também é ratificado pelos **arts. 6º e 173, §º da Constituição do Estado de Minas Gerais:**

"Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro."

"Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro."

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Essa conclusão está em sintonia com o princípio da simetria, que determina que os Estados e os Municípios sujeitem suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas às normas jurídicas presentes na Constituição Federal, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Observarmos a aplicação do referido princípio nos seguintes dispositivos da Constituição Estadual:

"Art. 66 - São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Constituição:

III - do Governador do Estado:



f) a organização da Advocacia do Estado, da Defensoria Pública, da Polícia Civil, da Polícia Militar e dos demais órgãos da Administração Pública, respeitada a competência normativa da União;”

Tal dispositivo guarda simetria com a seguinte determinação da Magna Carta:

“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;”

Neste sentido, citamos o seguinte julgado, que afirma a inconstitucionalidade de lei que adentra a competência material do Poder Executivo:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI MUNICIPAL QUE TRATA DE MATÉRIA DE NATUREZA ESSENCIALMENTE ADMINISTRATIVA - PROJETO DE LEI DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO – INCONSTITUCIONALIDADE - VÍCIO DE INICIATIVA. - Padece de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, Lei Municipal que decorre de projeto de lei de iniciativa do Poder



Legislativo Municipal e que versa sobre questão de natureza essencialmente administrativa, matéria cuja competência é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo.”

(TJMG, ADI 1.0000.15.001637-6/000, Rel. Des. Evandro Lopes da Costa Teixeira, d.j. 08/06/2016).

Assim, o disposto no parágrafo único do art. 1º do PL 707/23 não se trata de atividade sujeita a disciplina legislativa.

Quando o Poder Legislativo do Município edita lei disciplinando atuação administrativa, como ocorre, no caso em exame, invade, indevidamente, esfera que é própria da atividade do Administrador Público, violando o princípio da separação de poderes.

Cabe essencialmente à Administração Pública e não ao legislador, deliberar a respeito da conveniência e oportunidade para tais determinações, sendo questão de atuação administrativa fundada em escolha política de gestão, na qual é vedada intromissão de qualquer outro poder.

Assim, o dispositivo destacado é verticalmente incompatível com nosso ordenamento constitucional por conter vício de iniciativa ao violar o princípio da separação de poderes.

É pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. De outra banda, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

Conforme lição do saudoso professor Hely Lopes Meirelles:



*"a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. Cada um dos órgãos tem missão própria e privativa: a Câmara estabelece regra para a Administração; a Prefeitura a executa, convertendo o mandamento legal, genérico e abstrato, em atos administrativos, individuais e concretos. O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante.*

*(...) todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art.2º c/c o art.31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário.*

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 15ªed. São Paulo, Malheiros, 2006)

Para promover o saneamento da questão, ao final deste parecer apresentamos uma emenda para alterar o texto do Projeto, a fim de estabelecer normas gerais a serem seguidas em âmbito municipal, que poderão ser regulamentadas e concretizadas pelo Poder Executivo por meio de provisões especiais, conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Assim, considerando a emenda apresentada e por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais em observância ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 707/2023, **com apresentação de emenda**.



## 1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública.

Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Acerca do objeto do PL 707/2023, com a ressalva da questão atinente à constitucionalidade já saneada através da emenda apresentada, temos que há observância às normas de regência da matéria, evidenciando assim seu caráter jurídico.

No âmbito federal, citamos a Lei nº 8.080/90 que “*Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*”:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.



Considerando a emenda apresentada, cumpre ainda mencionar que o PL 707/2023 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH.

Por fim, temos ainda outro aspecto que deve ser considerado na análise da legalidade. A lei também deve apresentar caráter inovador, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material.

Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico, trazendo uma iniciativa até então inédita para a atenção à saúde no Município.

Feitas tais considerações, votamos pela legalidade do Projeto de Lei nº 707/2023.

### 1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.

Assim, temos que o PL 707/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.

Com isso, votamos pela **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 707/2023.

### 2) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são pela **constitucionalidade**, **legalidade** e **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 707/2023, ***com apresentação de emenda.***

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

JORGE  
LUIZ DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multiple v5,  
eq=22882751000111,  
oid=.resencial, ou=Certificado  
PPRS:02377068731  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.06 17:09:41  
+03'00'

**Vereador Jorge Santos**  
**Relator**





**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**EMENDA Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 707/2023  
(SUBSTITUTIVO)**

Institui a Campanha Permanente sobre a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da depressão, transtornos de ansiedade e de pânico.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Campanha Permanente sobre a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da depressão, transtornos de ansiedade e de pânico no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - São objetivos da Campanha Permanente sobre a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da depressão, transtornos de ansiedade e de pânico:

I - oferecer aos munícipes informações sobre a depressão, o transtorno de ansiedade e do pânico, suas causas, sintomas, meios de prevenção e tratamento;

II - incentivar a busca pelo diagnóstico precoce e tratamento dos pacientes;

III - combater o preconceito e à discriminação contra as pessoas com depressão, transtornos de ansiedade e de pânico;

IV - informar os meios de tratamento disponíveis na rede municipal de saúde do Município de Belo Horizonte;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLÊG	FL.
--------	-----

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multiple v5,  
sq=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado  
PP AS, ou=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.06 17:10:11  
+03'00'

**Vereador Jorge Santos**  
**Relator**



**PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 708/2023**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**VOTO DO RELATOR**

**RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 708/2023 de autoria do nobre Vereador Fernando Luiz, que ***"Altera a Lei 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte"***.

Nos termos do despacho de recebimento às fls. 42 dos autos da proposição em análise, o Projeto de Lei nº 708/2023 foi distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar a ***constitucionalidade, legalidade e regimentalidade*** do referido projeto, nos moldes do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com o artigo 85 e demais dispositivos afins do Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

**1) Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 708/2023 alvo deste parecer, tem por objetivo – conforme a justificativa do próprio Autor – a simplificação do processo de licenciamento no Município, com vistas a facilitar a vida em sociedade. Para tanto, a proposição acrescenta ao art. 6º do Código de Posturas (Lei 8.616), o seguinte dispositivo:



Parágrafo único - É obrigação da administração pública a simplificação do processo de licenciamento, seja pela redução do número de documentos exigidos a cada licenciamento, seja pela busca da unificação de licenciamentos sempre que possível.

Em suma, o autor do Projeto justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

"O Projeto de Lei acrescenta o parágrafo único ao artigo 6º da Lei 8.616/03, que "Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte". O Código de Posturas é uma das principais leis deste Município, necessitando sempre de atualizações e adequações, pois é a legislação responsável por definir as posturas destinadas a promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Belo Horizonte.

Nessa linha, faz-se necessária a simplificação do processo de licenciamento no Município, visando facilitar a vida em sociedade.

Nos dias atuais, as cidades devem se adequar ao método de vida dos cidadãos, buscando facilitar e agilizar processos essenciais para o bom funcionamento do Município, como no caso dos licenciamentos expedidos pela Administração Pública, desta forma busco o apoio dos Nobres Pares pela aprovação desta Lei."

Desde já, gostaríamos de cumprimentar o nobre Vereador pela iniciativa. Entretanto, temos que a análise do mérito do presente Projeto não cabe a esta Comissão, sendo tal estudo objeto das demais comissões temáticas desta casa.



Assim, vamos nos ater a análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, isto é, os aspectos **constitucional, legal e regimental** do Projeto.

### 1.1) Da Constitucionalidade

Passaremos agora a análise da **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 708/2023.

Também conhecido por **controle de constitucionalidade preventivo**, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal, de avaliar a conformidade dos Projetos de Lei nascidos nessa casa, bem como daqueles oriundos do Poder Executivo, com os princípios e preceitos das Constituições Federal e Estadual e da Lei Orgânica do Município, visando atuar de maneira preventiva no sentido de se evitar que Projetos de Lei inconstitucionais se tornem Lei.

A chamada **inconstitucionalidade por ação** (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma **compatibilidade vertical** das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (*normas inferiores*) com a Constituição (*norma superior*), pode se dar sob dois aspectos, **formal e material**.



A **inconstitucionalidade formal** refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A **inconstitucionalidade material** ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise dos quesitos de constitucionalidade do PL 708/2023.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal. No que diz respeito aos Municípios e especificamente sobre o tema tratado pelo Projeto, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;



Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos Municípios a competência para legislar sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 166 - O Município tem os seguintes objetivos prioritários:

I - gerir interesses locais, como fator essencial de desenvolvimento da comunidade;"

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Art. 170 - A autonomia do Município se configura no exercício de competência privativa, especialmente:

V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso e proibida limitação de caráter geográfico à sua instalação;

Art. 171 - Ao Município compete legislar:

I - sobre assuntos de interesse local, notadamente:

a) o plano diretor;



b) o planejamento do uso, parcelamento e ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas gerais, observadas as diretrizes do plano diretor;

Verifica-se que em nível Estadual, também não existe nenhum óbice aos municípios para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Assim, temos que a matéria tratada pelo Projeto não está incluída nas hipóteses constitucionais de iniciativa privativa do Executivo, que formam um rol taxativo, exceções, e assim devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas principalmente porque não se deve ampliar, através de interpretação, o alcance de seus dispositivos.

Segundo o saudoso professor Hely Lopes Meirelles:

“As Leis de iniciativa da Câmara ou, mais propriamente, de seus vereadores são todas as que a lei orgânica municipal não reserva, expressa e privativamente, à iniciativa do prefeito. As leis orgânicas municipais devem reproduzir, dentre as matérias previstas nos arts. 61, § 1º, e 165 da CF, as que se inserem no âmbito da competência municipal. São, pois, de iniciativa exclusiva do prefeito, como chefe do local, os projetos de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entes da Administração Pública Municipal; matéria de organização administrativa e planejamento de execução de obras e serviços públicos; criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta, autárquica e fundacional do Município; regime jurídico e previdenciário dos servidores municipais, fixação e aumento de sua remuneração; plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e créditos suplementares e especiais. Os demais projetos





competem concorrentemente ao prefeito e à Câmara, na forma regimental”.

(Direito Municipal Brasileiro, 17ª ed. Atualizada por Adilson Abreu Dallari, São Paulo, Malheiros, 2014)

O Supremo Tribunal Federal já decidiu:

“A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, **não se presume e nem comporta interpretação ampliativa**, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.” (grifo nosso)

(ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001)

Assim, sob pena de se esvaziar a competência do Legislativo para iniciar o processo de elaboração das leis, não podemos ampliar o rol das hipóteses taxativas de exercício da competência exclusiva prevista nos dispositivos legais, através de uma interpretação que extrapole tais determinações.

Nesse aspecto, cabe observar que o Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange à iniciativa parlamentar para edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, desde que não haja invasão da esfera administrativa – esta reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo – o que se daria, por exemplo, através da determinação de criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes, ou ainda, da criação de cargos públicos.

Assim, quando o Projeto se limitar à fixação de normas de conteúdo geral, programático ou, então, quando estabeleça disciplina sobre determinada matéria que já esteja inserida na competência de órgãos municipais, fazendo-o de forma



harmônica com a legislação de regência do tema, não há que se cogitar de vícios, eis que a reserva de iniciativa deve ser interpretada restritivamente.

No âmbito da análise material da constitucionalidade verificamos que o Projeto respeita as disposições constitucionais atinentes ao tema.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais em observância ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei nº 708/2023.

## 1.2) Da Legalidade

Aqui, a legalidade (*stricto sensu*) pressupõe a redução e concordância das proposições legislativas à Lei, fazendo com que sua produção se dê em acordo com os preceitos e princípios constitucionais, de modo a legitimar os atos da administração pública.

Assim, temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH.

Acerca do objeto do PL 708/2023, temos **que há alinhamento e observância às normas de regência da matéria**, evidenciando assim seu caráter jurídico.

No âmbito federal, citamos a Lei nº 13.726/18 que “*Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação*”:



Art. 1º Esta Lei racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mediante a supressão ou a simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude, e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.

Cumpra ainda mencionar que o PL 708/2023 não contraria quaisquer das disposições contantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH.

Por fim, temos ainda outro aspecto que deve ser considerado na análise da legalidade. A lei também deve apresentar caráter inovador, ou seja, trazer novidade ao mundo jurídico, isto é, ser autorizada a criar regra nova de direito e a estabelecer direitos e obrigações aos indivíduos, sendo esse elemento essencial para definição de lei em seu sentido material.

Tendo em vista tais requisitos, verificamos que o Projeto em análise inova o ordenamento jurídico, acrescentando à Lei dispositivo até então inexistente que traz nova diretriz para o serviço público do Município.

Feitas tais considerações, votamos pela legalidade do Projeto de Lei nº 708/2023.

### 1.3) Da Regimentalidade

Entende-se por regimentalidade o conjunto de procedimentos e técnicas redacionais específicas para a elaboração dos textos legais, para que tanto o conteúdo quanto a forma da norma gerada expressem a exata e inequívoca vontade do legislador.



Assim, temos que o PL 708/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal, verificando-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa, estilo parlamentar e não constitui matéria prejudicada.

Com isso, votamos pela **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 708/2023.

## 2) Da emenda

Apresentamos ao final desse parecer uma emenda substitutiva “*pro forma*”, isto é, nossa intenção foi apenas adequar a redação do parágrafo único sugerido pelo PL 708/23 em observância às disposições constitucionais acerca do princípio da separação dos poderes, não pelo fato da atual redação caracterizar alguma inconstitucionalidade, mas tão somente para buscarmos uma construção mais adequada aos ditames constitucionais.

## 3) Conclusão

Diante do exposto, meu parecer e voto são pela **constitucionalidade**, **legalidade** e **regimentalidade** do Projeto de Lei nº 708/2023, ***com apresentação de emenda***.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Múltipla v5,  
eq=22882731000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado  
PPA3, email=JORGE.LUIZ.DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.09 14:43:50  
+03'00'

Vereador Jorge Santos

Relator





**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

<b>DIRLEG</b>	<b>FL.</b>
---------------	------------

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**EMENDA SUBSTITUTIVA Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 708/2023**

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 6º com a redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 708/2023:

"Parágrafo único - O processo de licenciamento será simplificado, seja pela redução do número de documentos exigidos a cada licenciamento, seja pela busca da unificação de licenciamentos sempre que possível."

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUT1 Multipia v5,  
sq=22882731000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado  
PP AL, ou=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.09 14:44:32  
+03'00'

**Vereador Jorge Santos**

**Relator**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirieg	Fl.

## PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 715/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### VOTO DO RELATOR

### RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 715/2023 de autoria do Vereador Cleiton Xavier que "Altera a nomenclatura de Guarda Civil Municipal para Polícia Municipal de Belo Horizonte". Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico.

Designado Relator para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 715/2023, passo à fundamentação do presente parecer. Em síntese, é o relatório.

### Fundamentação

Em sentido amplo, a análise da juridicidade de uma proposição envolve sua conformidade com a Constituição Federal e Estadual, com todo o ordenamento jurídico, verificando a presença dos atributos da norma legal, da legalidade e da aderência aos princípios jurídicos e, por fim, sua consonância com o Regimento da Casa Legislativa onde a proposição tramita.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 07.10.23  
HORA: 12:18



## Da Constitucionalidade

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 715/2023. Cada Pessoa Jurídica de Direito Público possui sua competência legislativa determinada pela Constituição Federal, destarte, compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30 da nossa Carta Magna.

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

Insta salientar que o projeto de lei em análise visa alterar a nomenclatura da Guarda Civil Municipal para Polícia Municipal de Belo Horizonte, assunto de relevante interesse local. Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que o constituinte originário outorgou aos municípios a competência para legislar sobre o tema em questão. Ademais, o Projeto de Lei 715/2023 não tem o condão de criar novo órgão da Administração Pública, tampouco cargos, funções ou empregos públicos, não incorrendo, portanto, em vício de constitucionalidade.

No que se refere à análise da constitucionalidade material, nada há que se objetar, uma vez que a mudança do nome do órgão responsável pelas funções estipuladas no artigo 144, §8º da Constituição da República não altera, de forma alguma, suas responsabilidades, as quais são definidas pelo próprio texto constitucional e regulamentadas pela Lei 13.022/2014. Portanto, uma vez que tais atribuições permanecem intactas e a mudança de nomenclatura não interfere nas competências dos entes federativos (conforme estabelecido pelo artigo 2º da Lei 13.022/2014), não há neste caso, qualquer vício de constitucionalidade.

A Constituição Estadual de Minas Gerais, no que tange ao objeto da proposição em análise, dispõe sobre a criação da Guarda Municipal em seu artigo 138, *in verbis*:

*Art. 138 – O Município pode constituir guardas municipais para a proteção de seus bens, serviços e*



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

*instalações, nos termos do art. 144, § 8º, da Constituição da República.*

A Guarda Municipal de Belo Horizonte, órgão de segurança pública, ao ter sua nomenclatura modificada, não sofrerá nenhuma alteração em suas funções ou responsabilidades, que devem continuar voltadas para a proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

Assim, com base nos fundamentos acima explanados, concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 715/2023.

## **Da Legalidade**

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

A alteração da nomenclatura da Guarda Municipal de Belo Horizonte está em conformidade com a Lei 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), visto que tal norma estabelece os princípios, as competências, prerrogativas e vedações atribuídas aos guardas municipais. A norma supracitada estabelece a utilização de outras denominações, como é possível no dispositivo destacado abaixo:

*Art. 22. Aplica-se esta Lei a todas as guardas municipais existentes na data de sua publicação, a cujas disposições devem adaptar-se no prazo de 2 (dois) anos.*

*Parágrafo único. É assegurada a utilização de outras denominações consagradas pelo uso, como guarda civil, guarda civil municipal, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.*





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Embora o termo "Polícia Municipal" não esteja explicitamente mencionado no dispositivo legal, é possível verificar que a intenção do legislador ao autorizar "*outras denominações consagradas pelo uso*" é permitir que as guardas municipais adotem nomenclaturas que reflitam, de maneira mais precisa, sua atuação e função dentro do contexto da segurança pública. Nesse sentido, a alteração de nomenclatura pode ser vista principalmente como uma medida de formalidade e clareza, que não implica em mudança nas funções ou demandas da guarda municipal, mas sim uma adequação de sua denominação à realidade operacional.

Quanto à concordância do PL 715/2023 com Lei Orgânica de Belo Horizonte, o Projeto de Lei não contraria quaisquer das disposições constantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito a iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

*Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:*

*II – legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;*

Assim, após verificada a compatibilidade com as normas aplicáveis, concluo pela legalidade do PL 715/2023.

### **Da Regimentalidade**

O PL 715/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 715/2023.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 715/2023.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2023.

SERGIO FERNANDO  
PEREIRA DE PINHO  
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por  
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE  
PINHO TAVARES:84315520691  
Dados: 2023.10.09 12:13:57 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER EM PRIMEIRO TURNO — PROJETO DE LEI Nº 736/2023**  
**VOTO DO RELATOR**

## 1. DO RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé que *Altera a Lei nº 11.520/23, que "Revoga a legislação que menciona"*.

Após ser devidamente instruído com a legislação correlata, fui designado Relator — conforme despacho de recebimento — para análise de constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 736/2023.

Passo, então, à fundamentação do presente parecer.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei nº 736/2023, em suma, revogar leis que não foram incluídas na Lei nº 11.520/23, mas que foram identificadas como leis ainda vigentes no nosso ordenamento jurídico como leis que não produzem mais efeitos, por se tratar de: (i) leis declaradas inconstitucionais pelo Judiciário; (ii) leis em desuso, conforme pesquisa realizada caso a caso; (iii) leis de caráter temporário; (iv) leis que esgotaram sua eficácia em face do seu objeto, conforme pesquisa e análise de cada caso; (v) leis sem efeito concreto e que, portanto, não possuem aplicabilidade prática; e (vi) leis de efeito concreto que já cumpriram seu papel.

Após esta breve explanação, passa-se às considerações técnicas atinentes a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, "a", do Regimento Interno.

### 2.1 Da Constitucionalidade



No tocante à constitucionalidade, cumpre analisar se a proposição em tela foi construída em respeito aos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

Cabe, portanto, a esta Comissão de Legislação e Justiça, efetuar o controle de constitucionalidade preventivo com o intuito de impedir que disposições contrárias às Constituições supracitadas sejam inseridas no arcabouço normativo municipal.

No caso em tela, evidencia-se que o Projeto de Lei nº 736/2023 encontra-se em consonância com a competência municipal, disposta no art. 30, inciso I da Constituição da República, haja vista dispor em matéria pertinente ao interesse local.

## **Art. 30. Compete aos Municípios:**

### **I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

Não se evidencia, ainda, vício no Projeto de Lei 736/2023 quanto à sua iniciativa, uma vez que a matéria de competência privativa do Chefe do Executivo restringe-se a disposições que tratam da estrutura da Administração Pública Municipal, que criam atribuições para seus órgãos, e que tratam sobre regime jurídico de servidores públicos.

Destaca-se, portanto, que a iniciativa legislativa privativa consiste em matéria de direito excepcional, sendo impositiva a interpretação restritiva. Neste sentido é pacífico o entendimento do STF.

(...) as hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus*, no art. 61 da Constituição do Brasil, dizendo respeito às matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do poder Executivo. (ADI n. 3394-8, Rd Ministro Eros Grau, D1 24/08/2007).

Frente ao exposto, concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 736/2023.

## **2.2 Da Legalidade**



No que concerne à legalidade/juridicidade, cumpre a esta Comissão de Legislação e Justiça examinar a concordância da proposição legislativa em face do arcabouço normativo infraconstitucional. Exige-se, portanto, a conformidade da proposição com as regras e os princípios gerais consagrados pelos diversos ramos do direito.

Quanto ao projeto de Lei nº 736/2023, não se evidencia conflito desta proposição com a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMBH – e com as demais legislações infraconstitucionais.

Nestes termos, concluo pela legalidade do Projeto de Lei nº 736/2023.

## 2.3 Da Regimentalidade

Não se vislumbra, no que diz respeito à regimentalidade, vício capaz de impedir o prosseguimento do Projeto de Lei nº 736/2023, haja vista estar em consonância com a sua correta instrução, com devida técnica legislativa e com as normas dispostas do Regimento Interno desta Casa.

## 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, meu parecer é pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 736/2023.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2023

**IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:9236076  
9634**

Assinado de forma digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.10.09 15:59:45 -03'00'

Vereador Irlan Melo

Líder do Patriota



DIRLEG

Fl.

**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**PL Nº 208 / 21**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**Para Redação Final**

Em 27/09/2023,

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador  
Iclan Melo para emitir  
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 04 / 10 / 2023  
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 208/21

### Relatório

O Projeto de Lei nº 208/21, que “Dispõe sobre a promoção da dignidade da gestante, da parturiente e da puérpera e sobre o enfrentamento da violência obstétrica no Município”, de autoria das vereadoras Bella Gonçalves e Iza Lourença, foi aprovado pelo Plenário na forma da Subemenda nº 5 - Substitutivo - à Emenda nº 5 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre essas, cabe ressaltar:

- a renumeração do § 1º do art. 3º do projeto como parágrafo único, já que esse artigo não tem outro parágrafo;
- a retificação do algarismo romano utilizado para enumerar o nono inciso do parágrafo único do art. 3º do projeto, que estava identificado como “XI”.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 208/21.

Belo Horizonte, 04 / 10 / 23

  
RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 208/21

Dispõe sobre a promoção da dignidade da gestante, da parturiente e da puérpera e sobre o enfrentamento da violência obstétrica no Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Será realizada no Município, nos termos desta lei, a promoção da dignidade da gestante, da parturiente e da puérpera, assim como o enfrentamento da violência obstétrica.

Art. 2º - Para os efeitos do disposto nesta lei, entende-se por promoção da dignidade da gestante, da parturiente e da puérpera a execução de ações e serviços de saúde que garantam o respeito, a proteção e a efetivação dos direitos humanos.

Parágrafo único - As ações de que trata o *caput* deste artigo têm por objetivos:

I - assegurar assistência à saúde universal, integral e humanizada durante o pré-natal, o parto, o puerpério e em situações de perda gestacional ou de morte fetal;

II - combater a violência obstétrica;

III - garantir à mulher o direito à informação sobre violência obstétrica;

IV - garantir à mulher acolhimento e escuta qualificada na assistência à saúde recebida durante o período de gravidez, de parto, do puerpério ou em situação de perda gestacional ou de morte fetal.

Art. 3º - Para os efeitos do disposto nesta lei, entende-se por violência obstétrica a prática de ações que violem os direitos humanos, a autonomia e a privacidade da mulher, desrespeitem-na ou a ofendam física, verbal, moral ou psicologicamente, além da não adoção, pelos profissionais de saúde, das melhores práticas baseadas em evidências científicas durante a assistência obstétrica prestada no período do pré-natal, do parto, do puerpério ou em situação de perda gestacional ou de morte fetal.

Parágrafo único - Serão diretrizes para o enfrentamento à violência obstétrica no Município, entre outras, as seguintes práticas:

I - estimular o parto normal fisiológico, respeitando o desejo e a autonomia da gestante e seu protagonismo durante o parto;

II - fomentar o apoio empático pelos profissionais de saúde à gestante, à parturiente ou à puérpera durante o processo de parto e o nascimento;





III - tratar a gestante, a parturiente ou a puérpera com respeito e dignidade, sem discriminação ou preconceito por motivo de raça, cor, etnia, procedência natural ou idade;

IV - acolher a gestante em situação de perda gestacional ou de morte fetal, fornecendo informações e atenção humanizada;

V - prestar atendimento à gestante de forma humanizada, tratando-a pelo nome, reconhecendo sua individualidade, fornecendo informações em linguagem clara sobre sua saúde e sobre os procedimentos a serem realizados;

VI - garantir o atendimento das gestantes conforme grade de vinculação desde o pré-natal até o local onde será realizado o parto;

VII - promover o encaminhamento e a transferência do cuidado da gestante ou da parturiente de forma integral e humanizada, através de transporte seguro, com garantia de leito obstétrico e neonatal;

VIII - possibilitar à gestante a busca por opinião de outro profissional ou serviço sobre seu estado de saúde ou sobre os procedimentos recomendados;

IX - estimular a presença do acompanhante escolhido livremente pela gestante, pela parturiente ou pela puérpera durante todo o período de pré-natal, de parto e de puerpério ou em situações de perda gestacional ou de morte fetal;

X - incentivar a presença de doulas nas maternidades e promover cursos de treinamento e de capacitação no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;

XI - estimular as boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento baseadas em evidências científicas, evitando medicalização do corpo feminino e promovendo uma assistência minimamente intervencionista;

XII - estimular e apoiar a gestante, durante todo o pré-natal, na elaboração do plano de parto como forma de empoderamento e de autonomia;

XIII - encorajar a livre movimentação da gestante, da parturiente ou da puérpera e o respeito a sua privacidade durante sua permanência na maternidade;

XIV - garantir o livre acesso dos responsáveis e dos progenitores ao recém-nascido durante sua permanência nos serviços de saúde;

XV - estimular a oferta de técnicas não farmacológicas para aliviar a dor durante o trabalho de parto e proporcionar a realização de analgesia farmacológica, quando solicitada pela parturiente;

XVI - informar à gestante, através de linguagem simples e objetiva, os procedimentos ou intervenções clínicas recomendadas durante sua internação e as possíveis implicações;



XVII - garantir a livre movimentação de gestantes privadas de liberdade durante o período de internação, compreendendo o pré-parto, o parto e o pós-parto;

XVIII - fomentar as práticas integradas de atenção ao parto e ao nascimento, com a ligadura tardia do cordão, o contato pele a pele e o início precoce da amamentação por livre demanda, encorajando a permanência do recém-nascido no alojamento conjunto, salvo em situações em que sejam necessários cuidados especiais;

XIX - articular ações intersetoriais e interprofissionais para viabilizar a permanência e a vinculação do binômio mãe/bebê após a alta hospitalar, em especial nos casos de mulheres vulneráveis;

XX - respeitar a autonomia e a privacidade da gestante, da parturiente e da puérpera quando expressarem o desejo de entregar o recém-nascido para adoção, garantindo tratamento respeitoso, não punitivo, e o sigilo durante todo o processo;

XXI - garantir que a puérpera privada de liberdade acompanhe seu recém-nascido em atendimento ambulatorial e em internação hospitalar, observada a legislação relacionada.

Art. 4º - As ações e os serviços de saúde de que trata esta lei serão desenvolvidos de acordo com os seguintes princípios:

- I - respeito, proteção e promoção dos direitos humanos;
- II - respeito às diversidades cultural, étnica e racial;
- III - promoção da equidade.

Art. 5º - O Executivo definirá órgão responsável por:

I - receber e apurar as denúncias de mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal das situações que caracterizam a ocorrência da violência obstétrica;

II - garantir o cumprimento dos objetivos desta lei e a tabulação dos dados referentes.

Art. 6º - O Executivo regulamentará esta lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 04 / 10 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



PL Nº 633 / 23

**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**Para redação final**

Em 27 / 9 / 23

476

Divisão de Apoio Técnico-Operacional – Divato

Designo a vereadora/ o vereador Irlan Melo para  
emitir parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 04 / 10 / 2023

Presidente da comissão



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 633/23**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 633/23, que "Dá o nome de Travessa Armin Conzelmann à ELP 3109, no Bairro Buritis", de autoria do vereador Braulio Lara, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

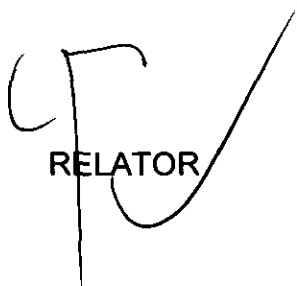
**Fundamentação**

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, optou-se, na ementa e no art. 1º do projeto, pela exclusão da sigla e pela adoção exclusiva da forma por extenso, para conferir maior clareza e precisão ao texto.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 633/23.

Belo Horizonte, 04/10/23

  
RELATOR



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 633/23

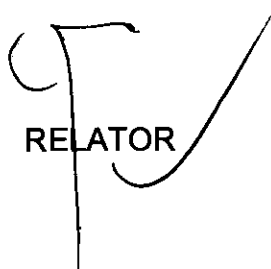
Dá o nome de Travessa Armin Conzelmann ao Espaço Livre de Uso Público 3109, no Bairro Buritis.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominado Travessa Armin Conzelmann o Espaço Livre de Uso Público 3109, código 093757, no Bairro Buritis.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 04 / 10 / 23

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 642/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### VOTO DO RELATOR

### RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 642/2023 de autoria da Vereadora Janaina Cardoso, que "Dá o nome de Marlleno de Sousa a campo de futebol no Bairro Milionários". Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o projeto sob o aspecto jurídico e de mérito. Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, em conformidade com os termos regimentais.

### Fundamentação

Em sentido amplo, a análise da juridicidade de uma proposição envolve sua conformidade com a Constituição Federal e Estadual, com todo o ordenamento jurídico, verificando a presença dos atributos da norma legal, da legalidade e da aderência aos princípios jurídicos e, por fim, sua consonância com o Regimento Interno da casa legislativa onde a proposição tramita.

### Da Constitucionalidade

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 642/2023, sob o foco da iniciativa para elaboração da proposição. Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal, e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios legislar sobre o tema em questão. Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Estadual:

*Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.*

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 07.10.23  
HORA. 16:19



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

*§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.*

*§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.*

O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e pela Constituição Estadual. Assim, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do projeto de lei em análise.

Quanto ao aspecto material da constitucionalidade, a proposição observa os princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único – Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Assim, atendendo ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 642/2023.

## Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

No âmbito da legislação municipal, o PL 642/2023 respeita as determinações constantes no artigo 17 da Lei 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências", tendo em vista que o nome que se pretende outorgar a próprio público apresenta duas palavras.

Apesar do retorno da solicitação de diligência constante do ofício Dirleg nº 7.133/23 dispor que o Poder Executivo possui projeto de construção para o local, não foram esclarecidos os questionamentos realizados, de forma que não é possível saber se estão presentes os pressupostos dos artigos 4º, 21, 22 e 29 da Lei 9.691/09.

Quanto à concordância do PL 642/2023 com Lei Orgânica de Belo Horizonte, o Projeto de Lei não contraria quaisquer das disposições constantes nos arts. 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito a iniciativa do Prefeito e está em sintonia com os arts. 7º e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II – legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, concluo pela legalidade do PL 642/2023.

### **Da Regimentalidade**

O PL 642/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos arts. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 642/2023.

### **Do Mérito**

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

"denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

A mudança do nome do próprio público sugerida tem motivo justo, tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor em sua justificativa, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Marlleno de Sousa.

Portanto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 642/2023.

### Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e **aprovação** do Projeto de Lei nº 642/2023.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2023.

SERGIO FERNANDO  
PEREIRA DE PINHO  
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por  
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE  
PINHO TAVARES:84315520691  
Dados: 2023.10.09 12:10:30  
-03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 685/2023 – Turno único

### Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 685/2023, de autoria do Ver. Bráulio Lara, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?
- 2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:
  - I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;
  - II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;
  - III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;
  - IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.
- 3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 05 de outubro de 2023

**RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:49  
531867615**

Assinado de forma  
digital por RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:49531867615  
Dados: 2023.10.05  
12:53:23 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio  
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 05.10.23  
HORA. 12:55



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM PRIMEIRO TURNO- PROJETO DE LEI Nº 686/2023

#### VOTO DO RELATOR

#### 1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 686/2023 de autoria do nobre Vereador Fernando Luiz, que "Altera a Lei nº 11.397/22, que "Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município", para acrescentar o mês "Junho Vermelho", dedicado à campanha de incentivo a doação de sangue em Belo Horizonte.".

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

#### 2- FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei visa alterar a Lei nº 11.397/22, acrescentando alínea para instituir o mês "Junho Vermelho", dedicado à campanha de incentivo a doação de sangue em Belo Horizonte.

##### 2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 06/10/2023  
HORA 10:14



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira: Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 686/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 686/2023.

### 2.2 – DA LEGALIDADE

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 686/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e complementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Destaca-se ainda que, ao alterar a Lei 11.397, de 30 de Agosto de 2022, o Projeto de Lei em apreço encontra-se em estrito respeito ao disposto no art. 3º da supracitada Lei. In verbis:

Art. 3º - Qualquer disciplinamento legal referente aos temas contidos nesta lei deverá ser feito por meio de lei que a altere expressamente.

Verifica-se, porém, vício material no PL 686/2023 no que concerne a alínea que pretende acrescentar, visto que o Art. 99 da Lei 11.397/2022 já possui em seu rol a alínea D conforme se segue:

“Art. 99-D - O Outubro Lilás, constante no Anexo III desta lei, será dedicado à conscientização sobre a Síndrome de Rett. “

Ademais, a Lei Complementar nº 95/1998 em seu Art. 12, III, b dispõe:

Art. 12. A alteração da lei será feita:

(...)

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras

b) é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)

Em vista do exposto, apresento emenda substitutiva a fim de alterar a alínea acrescentada sanando dessa forma o erro.

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei nº 686/2023.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 686/2023.

### 2.4 DO MÉRITO

O Projeto de Lei nº 686/2023, tem por objetivo incentivar às campanhas de doação de sangue e a conscientização do cidadão sobre importância desse ato, além de incentivar iniciativas sobre o tema e envolvendo também a rede pública municipal.

Conforme dados presentes na justificativa do Projeto em análise: “De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a recomendação é que, no mínimo, 5% da população seja doadora. No Brasil, essa porcentagem não chega aos 2%. Em 2014, foram coletadas cerca de 3,6 milhões de bolsas de sangue, quantidade responsável por 3.127.957 transfusões ambulatoriais e hospitalares. Segundo o Hemominas, mais de 310 mil voluntários doaram sangue em 2022 no Estado, o que demonstra que Belo Horizonte possui um potencial altíssimo para doações, considerando que a população beloizirontina é de aproximadamente 2.315.000 (dois milhões e 315 mil) pessoas segundo dados do Censo Demográfico de 2022”

Destaca também: “O mês de junho foi escolhido como precursor para o presente Projeto de Lei “Junho Vermelho” não por acaso, mas com a chegada do inverno o número de doações diminui significativamente. Por conta da baixa temperatura durante esse período, o aumento das infecções respiratórias e outras enfermidades fazem com que as doações diminuam em média 30%”

Em vista disso, dou pela **aprovação** do Projeto de Lei 686/2023.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### 3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação** do Projeto de Lei 686/2023 com apresentação de emenda.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023

**RAMON**  
**BAPTISTA**  
**BIBIANO:**  
**49531867**  
**615**

Assinado de  
forma digital por  
RAMON BAPTISTA  
BIBIANO:4953186  
7615  
Dados: 2023.10.06  
10:11:18 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### SUBSTITUTIVO-EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 686/2023

Altera a Lei nº 11.397/22, que "Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município", para acrescentar o mês "Junho Vermelho", dedicado à campanha de incentivo a doação de sangue em Belo Horizonte.

A Câmara Municipal aprova o seguinte dispositivo:

Art. 1º - Fica acrescentado ao CAPÍTULO IV - DOS MESES COMEMORATIVOS, da Lei nº 11.397, de 30 de agosto de 2022, o seguinte art. 99-G:

"Art. 99-G - Fica instituído no âmbito do Município de Belo Horizonte o mês "Junho Vermelho", dedicado à campanha de incentivo a doação de sangue.

§1º - A campanha de incentivo à doação de sangue de que trata o caput do artigo 99-G desta Lei será realizada por meio de ações e campanhas a cada mês de Junho, e ficarão a cargo dos órgãos públicos municipais, fazendo parte do calendário anual de realizações da Pasta, inclusive podendo-se utilizar material de campanha já existente."

Art. 2º - O Anexo III da Lei nº 11.397/22, passa a vigorar com a seguinte redação:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### "ANEXO III MÊS COMEMORATIVO

DATA	COMEMORAÇÃO
janeiro	Janeiro Branco
janeiro	Janeiro Verde - Combate à Meningite <i>Linha acrescentada pela Lei nº 11.537, de 30/6/2023 (Art. 10)</i>
todos os domingos de janeiro	Mês de Cultura na Praça
abril	Abril Verde - Prevenção de Acidentes e de Doenças do Trabalho <i>Linha acrescentada pela Lei nº 11.537, de 30/6/2023 (Art. 10)</i>
maio	Mês de Popularização do Cinema
maio	Maio Laranja
junho	Mês do Pit Stop BH - Inspeção Veicular Preventiva
junho	Junho Vermelho - Incentivo a doação de sangue
agosto	Mês de Prevenção do Glaucoma <i>Linha acrescentada pela Lei nº 11.537, de 30/6/2023 (Art. 10)</i>
outubro	Outubro Lilás - Conscientização sobre a Síndrome de Rett <i>Linha acrescentada pela Lei nº 11.537, de 30/6/2023 (Art. 10)</i>
novembro	Novembro Roxo - Conscientização sobre o parto prematuro <i>Linha acrescentada pela Lei nº 11.537, de 30/6/2023 (Art. 10)</i>
dezembro	Dezembro Verde - Combate aos maus-tratos e ao abandono de Animais <i>Linha acrescentada pela Lei nº 11.537, de 30/6/2023 (Art. 10)</i>

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 06 de agosto de 2023.

RAMON  
BAPTISTA

BIBIANO:495  
31867615

Assinado de forma  
digital por RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:4953186761

Dados: 2023.10.06  
10:11:41 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

### Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 688/2023 – Turno único

#### Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 688/2023, de autoria do Ver. Professor Juliano Lopes, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?
- 2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:
  - I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;
  - II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;
  - III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;
  - IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.
- 3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 05 de outubro de 2023

**RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:49  
531867615**

Assinado de forma  
digital por RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:495318676  
15  
Dados: 2023.10.05  
13:02:27 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio  
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 05.10.23  
HORA: 13:04



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER EM TURNO ÚNICO- PROJETO DE LEI N° 689/2023

#### VOTO DO RELATOR

##### 1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 689/2023 de autoria do nobre Vereador Wilsinho da Tabu, que "Altera a Lei nº 11.397/22, que "Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município", para incluir o Dia Municipal do Músico."

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

##### 2- FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto de Lei visa alterar a Lei nº 11.397/22, acrescentando às datas comemorativas o "Dia Municipal do Músico" a ser celebrado anualmente no dia 22 de novembro.

##### 2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

ROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO N° 14/2021  
DATA. 06/10/23  
HORA. 11:57



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria preceito ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira: Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º -Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 689/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 689/2023.

### 2.2 – DA LEGALIDADE

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 689/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Destaca-se ainda que, ao alterar a Lei 11.397, de 30 de Agosto de 2022, o Projeto de Lei em apreço encontra-se em estrito respeito ao disposto no art. 3º da supracitada Lei. In verbis:

Art. 3º - Qualquer disciplinamento legal referente aos temas contidos nesta lei deverá ser feito por meio de lei que a altere expressamente.

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei nº 686/2023.

### 2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 689/2023.

### 2.4 DO MÉRITO

O Projeto de Lei nº 689/2023, tem por objetivo reconhecer e valorizar a notável contribuição dos músicos para a cultura de Belo Horizonte.

Conforme justificativa do Projeto em análise: "É importante ressaltar que os músicos de Belo Horizonte exercem uma influência decisiva nos movimentos culturais de todo o País. São inúmeros os profissionais e amantes da música que compartilham suas experiências musicais clássicas, modernas, de raiz, pop, MPB, sertaneja, entre tantos outros estilos. A instituição do Dia dos Músicos é uma forma de enaltecer e reconhecer esses talentos locais, que contribuem para a riqueza cultural da nossa capital"

Em vista disso, dou pela **aprovação** do Projeto de Lei 689/2023.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### 3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação** do Projeto de Lei 689/2023.

Belo Horizonte, 06 de outubro de 2023

RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:497615  
531867615

Assinado de  
forma digital por  
RAMON BAPTISTA  
BIBIANO:4953186  
Dados: 2023.10.06  
11:45:05 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



**PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 691/2023**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**  
**TURNO ÚNICO**

Proponho que o Projeto de Lei nº 691/2023, de autoria do nobre Ver. Bruno Miranda, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG FL.

- 3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?
- 4) Por fim, existe algum aspecto não listado aqui e que constitua em impedimento à denominação ora pretendida?

Belo Horizonte, 04 de outubro de 2023.

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:02  
377068731

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, ou=CP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Múltipla v5,  
ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado  
PPA: email=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2023.10.04 14:36:34  
+03'00'

**Vereador Jorge Santos**

**Relator**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 692/2023 – Turno único

### Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 692/2023, de autoria do Ver. Roberto da Farmácia, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 05 de outubro de 2023

**RAMON  
BAPTISTA**

**BIBIANO:4953  
1867615**

Assinado de forma  
digital por RAMON  
BAPTISTA  
BIBIANO:49531867615  
Dados: 2023.10.05  
12:57:48 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio  
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 05.10.23  
HORA: 13:04